

A FAMÍLIA ESCRAVA E O ANTIGO REGIME NOS TRÓPICOS II: a questão da Micro-História e os estudos de escravidão.¹

Denise Vieira Demetrio.
Mestranda PPGHIS-UFF.
denisedvd@gmail.com

Resumo: Este artigo trata das relações de compadrio constituídas pelos escravos e as elites locais da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (Recôncavo da Guanabara) entre 1686 a 1721. O trabalho procura demonstrar que tais redes de compadrio se caracterizaram por uma interdependência entre senhores e escravos como uma forma de consolidar interesses horizontais (entre elites e entre escravos) e verticais (entre elites e escravos) pautados sob a lógica do Antigo Regime nos Trópicos.

Palavras-chave: família escrava, compadrio, elites coloniais.

A partir dos anos 90, diversos pesquisadores, muitos por influência direta ou indireta do contato com os trabalhos de Robert Slenes, vêm-se dedicando a demonstrar que a família escrava era uma forma comum da organização comunitária cativa.² Constatar a existência da família escrava é, atualmente, redundante. Vários estudiosos tentam, agora, ir além na interpretação dos dados empíricos, questionando-se sobre seus mecanismos de viabilização, em que a observação de costumes africanos, o parentesco e a linhagem aparecem como objetos privilegiados.

Entretanto é necessário frisar que os estudos sobre a família escrava centram-se no século XIX e no Sudeste. Estudos sobre períodos anteriores existem, mas são poucos.³ Mesmo considerando que o Sudeste era, no século XIX, o eixo da economia do Brasil

¹ Apresentado originalmente na *II Semana de História Política*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Julho de 2007.

² Várias dissertações de mestrado e teses de doutoramento foram escritas sobre a família escrava, destacando-se: José Flávio Motta, *Corpos escravos, vontades livres*. Estrutura de posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829), tese apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de São Paulo, 1990; Ana Lugão Rios, *Família e transição*. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920, dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990; José Roberto Pinto de Góes, *Escravos da paciência: um estudo sobre a obediência escrava no Rio de Janeiro (1790-1850)*, tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998; _____, *O cativo imperfeito*. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, Vitória, Lineart, 1993 (originalmente dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense).

³ Cito, entre outros: Alida C. Metcalf, “A família escrava no Brasil Colonial: um estudo de caso em São Paulo”, *História e População. Estudos sobre a América Latina*. São Paulo, Abep, 1990; _____, *Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820*, Texas, University Microfilms International, 1983; Stuart Schwartz; Robert Slenes; Iraci Del Nero da Costa, “A Família Escrava em Lorena (1801)”, *Revista de Estudos Econômicos*, Número 17 (2), São Paulo, IPE/USP, 1987; Maria Luiza Marcílio, *A cidade de São Paulo*. Povoamento e população 1750-1850, São Paulo, Pioneira-Editora da Universidade de São Paulo, 1973; Horacio Gutiérrez, “Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830”, *Escravidão*, Revista Brasileira de História, vol. 8, Número 16, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1988; Sheila de Castro Faria, *A colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

imperial, ficam faltando estudos que dêem conta de Províncias como Bahia e Pernambuco, onde o açúcar, apesar de desbancado pelo café vale-paraibano, no decorrer deste século, mantinha sua importância como gerenciador da oferta de escravos para outras paragens.⁴ O rompimento de laços familiares escravos, nesse contexto, precisa ser melhor estudado.

Em relação a áreas que não eram significativas em termos econômicos, o silêncio historiográfico é ainda maior, para qualquer parte do Brasil. Desconhecemos, portanto, a organização familiar de locais parcialmente tocados pelo tráfico africano e cuja produção se destinava ao mercado interno, como é o caso de algumas Freguesias do Recôncavo do Rio de Janeiro, sobretudo no período colonial.

Está mais do que evidente que é necessário levar em conta as expectativas, as “esperanças e as recordações” (parafraseando Robert Slenes)⁵ dos escravos em suas estratégias de vida, para tentarmos entender as formas com que as organizações familiares se apresentaram nas diversas regiões e nos diversos tempos do Brasil escravista .

O principal balanço que se pode fazer com base nos trabalhos e debates desenvolvidos é o de que se torna urgente explorar a história dos povos africanos, origem sem dúvida das variações encontradas nas diversas comunidades escravas do Brasil e que, ainda hoje, aparecem em traços culturais fortes de cidades e estados que tiveram sua presença marcante e duradoura. De novo citando Robert Slenes, é preciso considerar que

“(…) se os escravos não eram seres anômicos, triturados até a alma pelo engenho do cativo, se eles tinham herança cultural própria e bastante autônoma e instituições, mesmo que imperfeitas, para a transmissão e criação dessa herança, então o fato de que eles provinham de etnias africanas específicas – e não eram, digamos, noruegueses – torna-se importante”.⁶

Dentre as questões que motivaram este estudo está a percepção de que os autores, em quase sua totalidade, se restringem a análises que privilegiam o século XIX, não podendo, sem restrições, serem admitidas de imediato numa análise referente aos séculos XVII e XVIII. Uma outra questão é a carência de referências bibliográficas sobre algumas freguesias do Recôncavo – sobretudo as que hoje compõe a Baixada Fluminense atual – para o período colonial onde na época predominavam os engenhos de açúcar, a produção de alimentos e

⁴ Para a Bahia, no século XIX, registro o trabalho de Kátia de Queirós Mattoso, *Família e sociedade na Bahia do século XIX*, São Paulo, Corrupio, 1988. Desconheço outros.

⁵ Título do trabalho de Robert Slenes. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 4.

principalmente as engenhocas de cachaça, como é o caso de Santo Antônio de Jacutinga, freguesia aqui contemplada. Nessas áreas de pequena e média produção, distantes do tráfico, uma análise mais detida das condições da escravatura e suas relações familiares e de compadrio entre escravos e com a população livre local se faz necessária e é o objeto aqui privilegiado.

As leituras bibliográficas e a exploração das fontes têm apontado também para a necessidade de se inserir essas relações familiares nos quadros do Antigo Regime num esforço de aproximar a produção historiográfica que o aborda com a que trata da escravidão. Para além do interesse no casamento escravo torna-se fundamental, para compreendê-los, centrar atenção também em seus proprietários, muitos deles envolvidos com a administração colonial. Concordando com Silvia Hunold Lara é preciso conectar as duas historiografias, pois “se os estudos sobre os modos de governar só tem a ganhar se passarem a incorporar em suas reflexões as ações e os valores daqueles que aparentemente eram excluídos das redes do poder, também as pesquisas sobre a escravidão serão beneficiadas se voltarem a olhar mais cuidadosamente para o comportamento dos senhores e das autoridades coloniais”.⁷

Tomo para minha pesquisa as perguntas da autora: “Quais seriam as especificidades das relações entre senhores e escravos numa sociedade em que as hierarquias sociais eram tão marcadas? Como relacionar as disputas entre as elites locais, coloniais e metropolitanas com relação ao controle dos escravos?”.⁸ Assim partimos também numa tentativa de conectar a família escrava às redes de reciprocidades/solidariedades que se formavam no Império português entre distintos segmentos sociais, em que pesem as relações de compadrio entre livres e escravos, donde advém a contribuição deste artigo.

Micro-história e família escrava

No rastro das críticas sobre a micro-história, a obra organizada por Jacques Revel, *Jogos de Escalas*, deu um gigantesco passo na flexibilização das idéias propostas pelos micro-historiadores, no momento em que valorizou a adoção de inúmeras escalas para a visualização de diferentes tipos de conhecimento.⁹ Nessa lógica, o local passou a ser entendido como uma das diversas escalas que o historiador poderia utilizar de acordo com seu interesse particular;

⁷ LARA, Silvia Hunold. “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no império português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005, p. 37.

⁸ Idem. Ibidem. pp. 36-37.

⁹ REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de Escalas: a Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da fundação Getúlio Vargas, 1998.

é como se o historiador tivesse constantemente em suas mãos um microscópio, no qual suas lentes pudessem transformar moscas em monstros ou vice-versa em questões de segundo, sempre privilegiando as intenções prescritas por aquele que está fazendo a análise.¹⁰ Talvez a opção pelos jogos de escalas e mais propriamente pela história local, também redunde da própria facilidade de visualização da pluralidade das relações de poder que nestas circunscrições de análise são possíveis. A formação dos grupos oligárquicos, a relação entre as instituições e a própria formação de uma identidade especificamente local são algumas das conseqüências quando optamos por uma análise vista por todos os ângulos.¹¹ E são indiscutivelmente estas temáticas que são fundamentais para o entendimento do papel desempenhado pela freguesia de Santo Antônio de Jacutinga para a formação de famílias escravas e vice-versa.

A Família escrava em Santo Antônio de Jacutinga

Santo Antônio de Jacutinga foi uma das freguesias da região do Recôncavo da Guanabara inserida, desde o século XVI, no contexto de produção e de entreposto de mercadorias voltadas para o abastecimento do centro urbano da colônia. Nas margens dos rios Iguaçu e Meriti habitavam os índios Jacutingas, que chamavam esta região de Trairaponga. Em 1503, Gonçalves Coelho e o navegador Américo Vespúcio levaram para Portugal 40 escravos indígenas, onde mais da metade deles eram mulheres da aldeia Jacutinga.¹² Segundo as cartas do padre José de Anchieta de 1584 havia cerca de 7 a 8 beneditinos franceses que vestiam os meninos gentios com seus hábitos brancos, realizando um trabalho de catequização e de plantio nas margens do rio Iguaçu. A atuação francesa, porém, foi interrompida durante a guerra contra os portugueses, o que acarretou a morte ou a fuga desses indígenas para o interior.¹³

Apesar da invocação mariana na formação das capelas e freguesias do recôncavo esta Freguesia foi a única do Município de Iguaçu a incorporar o nome da aldeia indígena. Santo

¹⁰ FIGUEIREDO Haydeé, REZNIK Luiz e GONÇALVES Márcia de A. “Entre Moscas e Monstros: Construindo Escalas, Refletindo sobre História Local” In: *Anais do IV encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, Coleção Trabalhos Acadêmicos-Científicos, Série Eventos Acadêmicos, 2000, p.544. Apud: CAETANO, Antonio Felipe Pereira. *Entre a Sombra e o Sol – A Revolta da Cachaça, a freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense (Rio de Janeiro, 1640-1667)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2003, p. 18.

¹¹ Idem. Ibidem.

¹² SOUZA, Marlúcia Santos de. *Economia e Sociedade Iguaçuana*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Mestrado em História (Mimeo), 2000. p. 28.

¹³ Cartas Jesuíticas III. Cartas de Joseph de Anchieta S. J. (Publicação da Academia Brasileira. Coleção Afrânio Peixoto, p. 313.

Antônio de Jacutinga compunha os territórios de partes dos municípios de Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti e Duque de Caxias, que fazem parte da Baixada Fluminense atual.

Já em 1686 a Igreja de Santo Antônio da (Aldeia) Jacutinga constava como Paróquia que teria sido provavelmente criada em 1657, segundo cálculos de monsenhor Pizarro.¹⁴ A ela pertenciam as seguintes capelas: N. S. do Rosário, na fazenda que pertenceu à Ordem de São Bento, fundada depois de 1600; N. S. da Conceição de Sarapuí, construída por Afonso de Gaya; N. S. do Livramento, construída por João Ferreira; N. S. da Conceição da Cachoeira, fundada antes de 1731 por Manoel Correa Vasques, em substituição a que Manoel de Marins fundara na fazenda de Maxambomba; N. S. da Madre de Deus, construída antes de 1743 por João de Veras Nascente na fazenda da Posse; N. S. da Conceição do Pantanal, fundada por Antonio Ferreira Quintanilha antes de 1753.¹⁵

A importância econômica desta freguesia pode ser ressaltada pela presença de seus rios: Cachoeira de Santo Antonio do Mato, D'ouro e Riachão que, engrossados por outros, desde as serras da Cachoeira e de Tinguá, despejam volumosas águas nos rios Iguaçu, Sarapuí, Meriti, importantes vias de transporte e comunicação que cortavam o território de Jacutinga. É a partir dos rios que se inicia a ocupação dessa região com as doações de sesmarias já em 1565 a Cristóvão Monteiro.

A partir do final do século XVII a região inseriu-se mais fortemente no contexto colonial quando o eixo econômico do Brasil e de Portugal se voltou para a descoberta do ouro em Minas Gerais, tornando-se uma estratégica área de passagem, por conta de seus rios acima mencionados, e das estradas que foram abertas serra acima para que o trânsito de mercadorias fosse dinamizado. A freguesia de Santo Antônio de Jacutinga escoava seus produtos por oito portos, quatro localizados no rio Iguaçu e o restante no Sarapuí.¹⁶

Nas estatísticas realizadas no final do século XVIII pelo Marquês de Lavradio podemos visualizar dados referentes à distribuição de engenhos, escravos e produção de açúcar/aguardente, população e produção agrícola desta freguesia. Segundo este relatório datado entre 1769 e 1779 Jacutinga tinha sete engenhos, nos quais estavam empregados aproximadamente 236 escravos (uma média de 39 escravos em cada propriedade), produzindo

¹⁴ PIZARRO. *Livro de Visitas Pastorais na Baixada Fluminense no ano de 1794*. Prefeitura de Nilópolis, 2000.

¹⁵ MAIA FORTE . José Mattoso. *Memória da Fundação de Iguassu*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comércio, 1933, pp. 28-29.

¹⁶ GOMES, Flávio dos Santos. “Quilombos do Rio de Janeiro”. In: GOMES, Flávio dos Santos e REIS, João José (Orgs). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras 1996, p. 265.

163 caixas de açúcar e 77 pipas de aguardente.¹⁷ Sua produção anual de gêneros alimentícios constavam 25.000 sacas de farinha, 1.000 de milho, 1.000 de feijão e 10.000 de arroz num total de 37.000 sacas por alqueire destacando-se entre as demais freguesias (Marapicu com 2.750; Meriti com 4.190; Pilar com 19.963 e Iguaçu com 20.800 sacas por alqueire).¹⁸

Em síntese podemos afirmar que, comparada às demais freguesias do entorno do Iguaçu citadas acima, Jacutinga sobressaía quanto à produção de gêneros alimentícios e de açúcar e quanto à população escrava: no mesmo relatório a população da freguesia no século XVIII foi calculada em 3.540, sendo que 1.404 eram livres (39,6%) e 2.138 eram escravos (60,4%).¹⁹

Outro dado que merece destaque é sua produção de farinha (25.000 alqueires), que destaca-se dentre as freguesias do Distrito de Guaratiba ao qual pertencia na época do relatório, incluindo-se Guaratiba somada a Itaguaí (5.440), Campo Grande (2.500), Jacarepaguá (2.888), Piedade de Iguaçu (10.000) e Marapicu (150). Numa outra comparação relativa às outras freguesias presentes no relatório, Jacutinga ficava atrás apenas de Angra dos Reis da Ilha Grande (25.736).²⁰ Este dado torna-se importante para que tenha-se uma idéia do emprego da mão-de-obra escrava e a sua influência na maior ou menor facilidade em formar famílias.

A partir de um comparativo com as demais freguesias do Recôncavo da Guanabara, Jacutinga não pode ser considerada uma grande produtora de exportação, mas destaca-se como a mais importante no contexto local.²¹ Infelizmente não dispomos de dados sócio-econômicos para o século anterior, mas acreditamos que a vocação para a produção de subsistência e abastecimento interno (sobretudo das minas auríferas) possa vir ainda do século XVII. Mas isso é só uma hipótese.

Para o estudo da família escrava de Jacutinga os dados aqui apresentados foram levantados a partir do livro de batismos de escravos mais antigo da Freguesia que pertence ao Arquivo da Cúria de Nova Iguaçu e que vai de 1686-1721 (livro misto de batismo e

¹⁷ “Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1ª Parte, Tomo LXXVI (76), pp 289-360, p. 320-324.

¹⁸ GOMES, Flávio dos Santos. “Quilombos do Rio de Janeiro”. In: GOMES, Flávio dos Santos e REIS, João José (org). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras 1996, p. 265.

¹⁹ Ídem. *Ibidem*.

²⁰ “Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1ª Parte, Tomo LXXVI (76) pp. 289-360.

²¹ BEZERRA, Nielson Rosa. “Tensões e interações das relações sociais em torno do regime escravista na Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga”. *Revista Pilares da História*. Ano II – Nº 02 – Maio de 2003, p. 9.

matrimônio). O mesmo conta com 675 registros de batismos, distribuídos segundo o quadro abaixo.

Quadro 1: Distribuição dos batismos segundo a presença dos pais nos registros. Jacutinga, 1686-1721.

Categoria	Nº de Registros	%
Pais ausentes	325	48,1
Mães ausentes	2	0,2
Pais e mães presentes	335	49,6
Pais e mães ausentes	13	1,9
Total	675	100

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga

À princípio este quadro serve apenas para que fique claro a proporção entre escravos batizados dentro ou fora de uma família, fosse ela oficial ou não, já que a ausência de pais e/ou mães poderia indicar não só uniões ilegítimas, mas também ausência dos mesmos na cerimônia.²² O número de batismos com pais e mães presentes equipara-se ao de pais ausentes chegando quase a 50% cada. O quadro começa a ganhar sentido quando distribuímos esses registros segundo a frequência dos batismos, ou seja, quantas vezes, cada um dos quatro grupos, esteve à pia batismal.

Quadro 2: Frequência dos batizados segundo a presença dos pais. Jacutinga, 1686-1721.

Faixa de registros	Nº de registros por faixa					%
	Pai ausente	Mãe ausente	Pais e mães presentes	Pais e mães ausentes	Total de registros	
7	-	-	1	1	14	2,0
6	1	-	1	-	12	1,7
5	2	-	2	-	20	2,9
4	5	-	4	-	36	5,3
3	12	-	10	-	66	9,7
2	37	-	48	1	172	25,4
1	179	2	170	4	355	52,5
Total					675	100

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga

Pelo quadro 2 nota-se que os maiores índices de batismos nos quatro grupos estão situados na faixa entre 1 e 2 registros. Há ainda um equilíbrio entre a frequência de batismos

²² SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 65.

realizados para os registros de pais ausentes e de pais e mães presentes, com os maiores índices na faixa de 1 e 2 registros e os menores na faixa de 6 e 7. Isso pode indicar que as condições para um e outro grupo inserirem-se no mundo cristão através do batismo estavam também equilibradas. Distribuímos, à seguir, os registros de famílias escravas pelos seus proprietários, segundo o quadro 3.

Quadro 3: Distribuição de famílias escravas por proprietários. Jacutinga, 1686-1721.

Nº de famílias	Nº de proprietários	%	Nº de famílias por faixa	%
1 a 3	75	83,3	97	49,2
4 a 6	9	10	42	21,3
7 a 9	3	3,3	25	12,6
11	3	3,3	33	16,75
Total	90*	100	197	100

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga

Obs: *somente proprietários declarados no assento.

Fica claro pelo Quadro 3 que há uma concentração de famílias nas mãos de poucos proprietários, mas, por outro lado, uma distribuição – em menor número, claro – de pelo menos 1 a 3 famílias para 83% de donos, o que indica que a instituição familiar não era estranha à maioria dos cativos da região. Para completar este panorama inicial e na falta de outros documentos que informassem a posse de escravos desses proprietários, o Quadro 4 apresenta uma singela distribuição da propriedade de famílias cativas que permite perceber as proporcionalidades na distribuição de seus membros.²³

Quadro 4: Posse de escravos por proprietários (soma dos pais e filhos). Jacutinga, 1686-1721.

Faixa de Pais + filhos	Nº de proprietários	%	Soma de pais e filhos por faixa	%
3 a 5	55	46,2	176	25,8
6 a 9	17	14,2	117	17,2
Acima de 10	10	8,4	153	22,5
Acima de 20	2	1,6	42	6,1
Acima de 30	3	2,5	98	14,4
Acima de 40	1	0,8	40	5,8
Acima de 50	1	0,8	54	7,9
Total	119*	100	680	100

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga

²³ Os dados referem-se apenas ao grupo de pai e mãe presentes.

Obs: *somente proprietários declarados no assento

O quadro acima é elucidativo quanto aos nascimentos e batismos dentro de famílias escravas estáveis, ou seja, com mais de um filho, representando 25,8% dos escravos e pertencendo a 55 ou 46,2% dos proprietários. Por outro lado, somando-se as faixas acima de 10 cativos temos 17 proprietários (14,2 %) concentrando 234 escravos (34,4 %). Podemos dizer que no tocante à propriedade escrava as famílias escravas foram responsáveis pela concentração de um grande número de cativos em poucas mãos: graças à reprodução natural um único dono possuía 54 cativos, sem contar aqueles que não tiveram filhos ou crianças não-batizadas ou, se o foram, estão situados no grupo de pais e/ou mães ausentes; certamente os números eram maiores. O que mais importa aqui é o tamanho das propriedades de cativos, pois isso poderia indicar maior ou menor dificuldade para a formação de famílias. Os Quadros 2, 3 e 4 analisados em conjunto permitem concluir que predominava na região as propriedades de pequeno e médio porte e que as grandes escravarias estavam concentradas em poucas mãos.

Todos esses quadros que foram apresentados ganharão movimento quando os números receberem nomes e funções sociais e, assim, forem inseridos, finalmente, na dinâmica do império ultramarino português através das relações de compadrio, que compõe a próxima parte deste trabalho.

As relações de compadrio entre escravos e elites locais em Jacutinga

Gostaria de ressaltar que apesar do pequeno percentual de famílias escravas demonstrado torna-se fundamental suas relações qualitativas. Dividiremos nossa análise a partir dos dois grupos sociais mais significativos que exerceram a função de padrinhos/madrinhas: os livres e os escravos, respectivamente.

Quadro 5: Condição jurídica dos padrinhos e madrinhas. Jacutinga, 1686-1721.

Condição no assento	Padrinhos	%	Madrinhas	%
livres	504	74,0	373	55,2
Escravos	154	22,6	212	31,4
Forros	3	0,4	5	0,7
Criado	1	0,1	-	-
Ausente	19	2,7	85	12,5
Total de registros	681*	100	675	100

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga.

*Os 681 registros para os padrinhos referem-se à 6 registros duplos: $675+6=681$, em que foram registrados dois padrinhos para um mesmo batizando, não se tratando de procuração.

Se dissesse apenas que na amostra analisada para os batismos é grande o número de padrinhos e madrinhas livres em relação aos escravos – como mostra o quadro 5 acima – não haveria nessa afirmativa nenhuma novidade se comparada a outros trabalhos que se dedicaram ao tema no século XVII e que constataram a mesma situação.²⁴ Outra informação significativa do Quadro 5 é que o número de assentos em que não houve madrinhas é maior que o de padrinhos e os casos de assentos duplos, ou seja, em que houve dois padrinhos, não ocorre para as madrinhas, ou seja, os homens têm uma presença muito forte nas escolhas dos escravos. Mas isso não é exclusividade de Jacutinga: Silvia Brügger também encontra a mesma situação para São João del Rei no século XVIII o que, segundo ela, reforça a importância dos padrinhos naquela sociedade.²⁵ Tanto a ausência de padrinhos e/ou madrinhas quanto os assentos duplos não eram permitidos pelas *Constituições do Arcebispado da Bahia*²⁶ que regulavam os sacramentos da igreja católica. Stuart Schwartz considera que essas irregularidades só aconteciam nos batismos de escravos.²⁷

Porém o que torna o compadrio em Jacutinga algo singular é que esses livres se dividem entre os que possuem ou não sobrenome e referências de prestígio social antes do nome (padres, capitães, alferes, donas, tenentes, coronéis, etc) como mostram os quadro 6 e 7, respectivamente.

Quadro 6: Discriminação de padrinhos e madrinhas livres segundo a presença de sobrenome. Jacutinga, 1686-1721.

Discriminação no assento	Padrinhos	%	Madrinhas	%	Total	%
livres com sobrenome	410	81,3	211	56,5	621	70,8
livres sem	94	18,6	162	43,4	256	29,1

²⁴ Refiro-me especialmente aos trabalhos de Silvia Maria Jardim Brügger. *Minas Patriarcal – Família e sociedade*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002, Stuart B. Schwartz. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988 e Sheila de Castro Faria, *A colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

²⁵ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal – Família e sociedade*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002, p. 330.

²⁶ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições do Arcebispado da Bahia*. São Paulo, Tip. Dois de Dezembro, 1853, Livro Primeiro, Tít. XVI. No Quadro 7 temos ainda um outro descumprimento canônico que é em relação aos padres-padrinhos.

²⁷ SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit., p. 65.

sobrenome*						
Total	504	100	373	100	877	100

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga.

*Os livres foram subdivididos entre os que possuíam sobrenome e os que não possuíam, pois estes últimos podem representar tanto uma população de livres pobres (brancos ou não) quanto de forros. Os forros mais antigos poderiam perder essa referência, Cf. Sheila de Castro Faria, Op. Cit.

Quadro 7: Referências de prestígio entre os padrinhos/madrinhas livres com sobrenome. Jacutinga, 1686-1721.

Títulos/profissão dos livres	Nº de registros em que aparecem
Alcaide Mor	3
Capitão	8
Dona	24
Licenciado	1
Oleiro	2
Padre	15
Total	53

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga

Há ainda outra característica desses padrinhos/madrinhas livres que merece referência: o fato de serem proprietários de escravos. De um total de aproximadamente 210 proprietários em todo o livro (incluindo-se os proprietários de padrinhos, madrinhas, batizando, pais e mães) 89 (42,3 %) serviram como padrinhos/madrinhas em 180 registros (26,6 %). E, o que pode ser surpreendente se comparado a outros trabalhos e regiões, é que desses 89 padrinhos-proprietários 12 (13,4 %) serviram como padrinho/madrinha de seus próprios escravos.²⁸ Sendo assim os outros 77 padrinhos-proprietários (86,5 %) apadrinharam escravos de outros proprietários, demonstrando indícios das possíveis relações entre proprietários e entre escravos. Interessante que a maioria desses 12 (10 indivíduos ou 83,3 %) exerceu esta função nos registros dos filhos de pais incógnitos, indicando uma possível paternidade ilícita.

Enquanto no Recôncavo baiano estudado por Stuart Schwartz não houve casos em que os padrinhos livres de um escravo desfrutassem de status social igual ou superior ao do proprietário do cativo²⁹ é exatamente o contrário o que ocorre aqui, ou seja, os escravos não estão buscando para padrinhos em maior medida os livres pobres ou forros, mas pessoas com prestígio. No caso dos escravos só o fato de terem os livres como compadres/comadres já

²⁸ Na Bahia Stuart Schwartz não encontra sequer 1 registro em que o padrinho é o próprio proprietário do batizando.

²⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 334.

representava uma aliança para cima.³⁰ Também em Minas Silvia Brügger afirma que em primeiro lugar estão os padrinhos livres, brancos e de prestígio social, mas não para os escravos: mães escravas foram as que, proporcionalmente, menos tiveram filhos apadrinhados por livres.³¹ Fosse para livres ou para escravos o importante é que o compadrio representou sempre uma aliança vertical.

Retomando o Quadro 5 vimos que em relação ao compadrio os cativos ficaram em segundo lugar na preferência de seus iguais. Para compreendermos tais escolhas devemos levar em consideração dois fatos: a cor/procedência e os proprietários dos cativos que foram escolhidos para padrinhos/madrinhas, conforme os Quadro 8 e 9 respectivamente.

Quadro 8: Procedência/cor dos cativos-padrinhos. Santo Antônio de Jacutinga, 1686-1721.

Cor/procedência	Padrinhos	%	Madrinhas	%
Sem denominação	125	81,1	177	83,4
Africanos	22	14,2	12	5,6
Outros*	7	4,5	23	10,8
Totais	154	100	212	100

* crioulos, mulatos e pardos.

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga.

Como se percebe pelo Quadro 8, o grupo que sobressai é o dos “sem denominação”; poderia considerá-los crioulos, mas as fontes indicam a designação “crioulos” apenas para os filhos de africanas o que foi respeitado. Estes “sem denominação” poderiam ser aqueles há mais tempo estabelecidos, ou uma segunda geração de crioulos e, portanto, perderam a referência africana que nas fontes acompanha a palavra “crioulos”. Africanos vêm em segundo lugar, mas são minorias se comparados ao total de padrinhos/madrinhas, o que pode indicar além de seu pequeno número no total dos batismos, disputas dentro do cativo (entre os antigos e os recém-chegados). Segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes o tráfico gerava uma forte tensão política no mundo das senzalas. Em outras palavras, na época de chegada intensa de cativos, a rivalidade inter-étnica aumentava, colocando em risco a sobrevivência de grupos crioulos e africanos rivais. Uma resposta a essa situação de crise consistia na intensificação de alianças entre os cativos. Isso se refletiria nas relações de

³⁰ _____ . Idem, ibidem. p. 324

³¹ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Op. cit. p. 321 e 342.

compadrio, que se tornariam mais intensas entre escravos na mesma proporção que a intensidade do tráfico.³²

Não posso admitir, de imediato, as explicações dos autores, pois não tenho dados sobre o tráfico de africanos na Freguesia de Jacutinga; prefiro considerar que por ser uma região de economia periférica, marcada por entrepostos comerciais e de grande movimentação devido à seus rios, não recebia fluxos intensos de africanos, ou seja, estes deveriam ser minoria entre a população escrava como um todo. Assim sendo esta população era marcada pela presença de escravos mais antigos provenientes de uma segunda ou terceira geração de crioulos. O que dá uma nova tônica á esses dados são seus proprietários, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 9: Profissão/títulos dos proprietários dos padrinhos e madrinhas escravos. Santo Antônio de Jacutinga, 1686-1721.

Profissão/títulos dos proprietários	N° de registros	
	Padrinhos escravos	Madrinhas escravas
Alcaide Mor	17	11
Capitães	10	20
Padres	6	12
Donas	7	9
Coronel	6	5
Doutor	1	1
General	5	5
Marquês	9	8
Mestre de Campo	3	4
Licenciados	1	2
Total	65	67

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga.

Como se vê pelo Quadro 9 alguns proprietários se destacam não só pela posição de prestígio que ocupam, como pelas vezes em que aparecem como senhores de padrinhos e madrinhas escravos: em 154 registros de padrinhos escravos 65 (42,2 %) pertenciam a indivíduos de prestígio como também em 212 registros de madrinhas escravas 67 (31,6 %) deles o eram. De acordo com Silvia Brügger estar ligado pelo compadrio a um grande número de famílias se tornava um poderoso mecanismo de ampliação de redes clientelares, ou seja, era um recurso político, pois para os padrinhos era extremamente interessante contar com as

³² FLORENTINO, Manolo, GÓES, José R. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

famílias de seus afilhados em suas redes clientelares³³ (fossem famílias livres ou escravas, acrescentaria eu). Assim poderíamos pensar no parentesco e nas redes clientelares entre seus proprietários como uma forma de explicar as escolhas dos cativos. Finalmente, para termos uma idéia da movimentação dos escravos em função do compadrio o Quadro 11 expressa as relações entre-fazendas que envolviam escravos de distintos senhores e que também revelam a aproximação entre-proprietários.

Quadro 10: Relação entre os proprietários dos pais dos batizados e dos padrinhos. Santo Antônio de Jacutinga, 1686-1721.

	Padrinhos	%	Madrinhas	%
Mesmo proprietário	64	41,5	87	41,0
Proprietário diferente	90	58,4	125	58,9
Totais	154	100	212	100

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga

Para compreendermos o Quadro 10 é preciso considerar que o tamanho das escravarias poderia ter influências diversas nas escolhas dos cativos. Em escravarias pequenas os escravos tenderiam a formar alianças fora do cativeiro, fosse com livres, escravos ou forros. Já as escravarias de médio e grande porte facilitariam contatos entre cativos reforçando a comunidade escrava, mas também criando conflitos devido ao tráfico, como já foi explorado acima.

É interessante que mesmo as madrinhas escravas, que geralmente são preferidas dentro do cativeiro estão sendo buscadas fora dele. Talvez o maior número de homens em relação às mulheres provocado pelo tráfico explique a dificuldade de traçar alianças femininas dentro do cativeiro. Já a escolha de homens vindos de fora para servir como padrinho seria para garantir o matrimônio com os escravos do mesmo plantel.³⁴ Essa situação expressa, mais uma vez, o tamanho relativamente pequeno dos latifúndios escravagistas da região e também indica a capacidade dos escravos de formar laços além dos limites da propriedade.

Em síntese este seria o critério de escolha de padrinhos/madrinhas pelos escravos: em primeiro lugar os homens e mulheres livres com sobrenome, depois os sem sobrenome e em terceiro os escravos, dentre estes os “sem denominação”, talvez aqueles mais velhos que deviam já ter acumulado alguns privilégios (não sem negociação, é claro) dentro do cativeiro.

³³ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Op. cit. pp. 346-349.

³⁴ Nos 335 registros de filhos nascidos de pai e mãe presentes em apenas dois os escravos pertenciam a proprietários diferentes e só batizaram um filho cada.

Acredito que a escolha de um padrinho/madrinha escravo poderia ultrapassar alianças entre escravos dentro ou fora do cativeiro e estar ligada também à posição social dos proprietários dos futuros compadres e comadres ou ainda essas alianças poderiam ser explicadas em função do grau de reciprocidade/solidariedade entre os proprietários dos compadres/comadres escravos. Através de seus cativos a *elite local* chegava a outras senzalas e a seus donos, ampliando sua malha de legitimidade social. Através das estratégias dos senhores da república, ocorria a ampliação do espaço social dos cativos. Em meio àquelas estratégias, as relações parentais dos escravos ultrapassaram os limites de seus engenhos de origem, conectaram diferentes senzalas e, em menor grau, pessoas livres.

As relações de compadrio comumente estudadas constituiriam uma pirâmide cuja base era composta por alianças cativas, no topo alianças entre cativos e livres e no cume estariam os escravos com pessoas de outros estatutos; tal ascensão reforçava a lógica da estratificação do Antigo Regime. Pelo que pude explorar das fontes de Jacutinga poderia afirmar que os cativos dela conseguiram a *proeza* de ocupar o cume da pirâmide e com maior qualidade já que os livres com os quais estabeleceram parentesco ritual não eram, em sua maioria, pequenos lavradores, mas grandes potentados locais.

De qualquer forma o que chama a atenção neste trabalho é uma proximidade muito grande entre dois mundos (o livre e o escravo) tidos por muitos anos pela historiografia da escravidão como antagônicos ou que só se aproximavam nos momentos de confronto e dominação; graças às pesquisas recentes e em curso novas problemáticas orientaram a revisão/superação deste e outros paradigmas associados à escravidão e à família escrava. É neste ponto que os estudos sobre as elites locais se tornam fundamentais para compreendermos alianças verticais e horizontais entre senhores e escravos.

Conectando historiografias

Assim como a historiografia da escravidão, os estudos que dão conta das elites e dos poderes locais também têm passado por constantes renovações. A historiografia brasileira aliada à portuguesa vem trazendo para a discussão novos parâmetros para se entender as relações metrópole/colônia, centro/periferia em que a colônia passa a ser entendida como parte integrante e estrutural do império português com destaque para o papel das Câmaras, instituições fundamentais na construção de vínculos com o poder central.³⁵ A partir dessa leitura da sociedade colonial as elites ganharam um novo sentido por se tratar de uma

³⁵ BICALHO, Maria Fernanda. “Centro e Periferia. Pacto e negociação política na administração do Brasil colonial” in *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, n° 6, abril-outubro de 2000, p. 18.

sociedade escravista o que conferia especificidade à América Portuguesa.³⁶ Também fazem parte dessa renovação historiográfica uma reconceituação do termo “colono” (entendido agora como sócio) e duras críticas ao conceito de pacto colonial. A conquista e a defesa da terra, o serviço do rei, a ocupação de cargos administrativos e as mercês régias eram critérios de formação e de definição das elites tanto aqui como em Portugal. A noção da constituição de redes imperiais – comerciais, políticas, parentais, em suma, clientelares – que uniam as diversas partes do império ultramarino português vem se impondo e norteando os recentes estudos sobre as elites coloniais, sejam elas mercantis, administrativas ou agrárias.³⁷ Em suma a conquista ultramarina abriu um novo e alargado campo de possibilidades de prestação de serviços à monarquia e de remuneração dos mesmos pela coroa.³⁸

Só recentemente o tema do poder local tem sido partilhado pela historiografia brasileira a qual vem discutindo os mecanismos de comunicação centro-periferia, os tipos de articulações existentes entre o poder municipal e outros pólos de autoridade e sociabilidade locais, as estratégias de formação e de atuação das elites locais, o que reforça a idéia da relativa autonomia dos poderes municipais face aos dispositivos institucionais de controle por parte da coroa.³⁹ Trata-se, portanto, de uma situação de mútuo equilíbrio, na qual aparentemente todo poder emana do rei, mas que, na prática social, as contingências locais o limitam. Por outro lado, os poderes locais reconhecem na Coroa a instância para a resolução de seus conflitos e para a busca de sua legitimidade, acabando, pois, por legitimá-la.⁴⁰

Recorro a esses enviesamentos em minha pesquisa para compreender a região aqui estudada dentro deste contexto imperial, que graças à essa renovação historiográfica passou a ser tratado/explicado menos por antagonismos e mais pela negociação. Assim, “por

³⁶ Segundo Stuart Schwartz “A escravidão da grande lavoura no Brasil transformou e ampliou as categorias tradicionais – transformou em pessoas de qualidade alguns indivíduos que nunca sonhariam em obter essa condição em Portugal, e criou um novo estado de plebeus, formado pelos escravos. Entretanto, ao mesmo tempo, desenvolveu novos princípios de hierarquia baseados na raça, aculturação e condição social. A sociedade escravista não foi uma criação do escravismo, mas o resultado da integração da escravidão da grande lavoura com os princípios sociais preexistentes na Europa”. Schwartz, S. B. Op cit. p. 214.

³⁷ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Elites Coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia”. In: MONTEIRO, Nuno G. F., CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima Pars. Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*. Estudos e investigações 36. Imprensa de Ciências Sociais. 2005. p. 94.

³⁸ _____ “Conquistas, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime” in *Almanack Braziliense. Revista Eletrônica*, nº 2. IEB-USP, novembro de 2005. www.almanack.usp.br e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “O ‘ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime” in *Almanack Braziliense. Revista Eletrônica*, nº 2. IEB-USP, novembro de 2005. www.almanack.usp.br

³⁹ _____ “Centro e Periferia. Pacto e negociação política na administração do Brasil colonial” in *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, nº 6, abril-outubro de 2000, p. 25-26.

⁴⁰ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Op. cit. p. 68.

intermédio de uma intrincada teia de relações econômicas, político-administrativas, clientelares e parentais ligando os mais remotos rincões da colônia entre si a outras partes do império e ao centro do poder e dos negócios na Corte, se constituiu (...) uma elite que pode ser entendida (...) como colonial ou (...) imperial”.⁴¹ Essa elite, seus escravos e outros segmentos sociais são os personagens principais que inserem Santo Antônio de Jacutinga nos domínios desse império colonial.

Nas palavras do historiador Xavier Gil Pujol “É o microcosmo local ou os casos individuais que melhor permitem captar a variedade e complexidade destas relações [centro-periferia]” e acrescenta: “a percepção num âmbito local das formas políticas próprias dos novos Estados territoriais constituem um dos melhores campos para conhecer a realidade variada do Estado Moderno na sua totalidade”.⁴²

A partir dos dados desta freguesia encontra-se também uma problematização maior para se tratar a família escrava que extrapola a simples afirmação de sua existência, ou seja, minha preocupação passou a ser por que os livres/elites locais apadrinhavam escravos e como os escravos entendiam e/ou o que esperavam desses padrinhos e madrinhas. Também para Silvia Brügger os arranjos políticos imiscuíam-se nas teias familiares ou, talvez, dizendo melhor, partiam delas. Pessoas de importante participação política na região estavam entre os que tinham maior número de afilhados.⁴³

Dentre os proprietários identificados no livro de batismos de Jacutinga é feita menção a vários nomes de destaque da época como o governador Arthur de Sá Meneses, o Coronel Salvador Correia de Sá, membros da família Correia Vasques e Azeredo Coutinho, além de seus parentes (esposas e filhos). Interessante é que os membros da família Correia Vasques⁴⁴ aparecem apadrinhando escravos entre si e de outros proprietários, notadamente aqueles que pertenciam a seus circuitos políticos na capitania, ou seja, ocupavam cargos na governança.⁴⁵

⁴¹ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Elites Coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia”. In: MONTEIRO, Nuno G. F., CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima Pars. Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*. Estudos e investigações 36. Imprensa de Ciências Sociais. 2005. p. 96.

⁴² PUJOL, Xavier Gil. “Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos Séculos XVI e XVII”, In: *Penélope: Fazer e Desfazer História*, N. 6, Lisboa, 1991, p. 137-139.

⁴³ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Op. cit. p. 369.

⁴⁴ O Mestre-de-Campo Martim Correia Vasques, o Doutor Manoel Correia Vasques e o Alcaide Mor Tomé Correia Vasques. Ver: Rheigantz, Carlos Grandmasson, *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Livraria Brasileira Editora, 1965, vol. 1 - pág. 374.

⁴⁵ Sobre os ‘bandos’ políticos na capitania do Rio de Janeiro ver: Fragozo, João. “Um mercado dominado por ‘bandos’: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista”. In: *Escritos sobre História e Educação. Homenagem a Maria Yeda Linhares*. Faperj, Mauad, 2001.

Os Vasques batizaram 68 escravos cujos padrinhos/madrinhas eram seus escravos em 33 registros, livres em 72, e escravos de outros donos em 21 registros; não houve padrinhos/madrinhas em 10 registros. Também participaram nos batismos de escravos de outros proprietários como padrinhos/madrinhas em 3 registros e como proprietários de padrinhos/madrinhas em 20 registros totalizando 23 registros.

Essa aproximação entre elites locais e escravos pode ser explicada pela lógica do Antigo Regime sob a qual se pautavam as reciprocidades entre as próprias elites e entre estas e seus escravos (e os escravos de seus aliados/parentes) a partir da dinâmica do império ultramarino português e de sua operacionalização não só por meio de práticas e instituições regidas pelo ideário da conquista, pela lógica do serviço, pelo sistema de mercês, pelo desempenho de cargos administrativos e pelo exercício dos poderes locais, mas também pelas reciprocidades que não se processavam apenas entre metrópole/coroa/rei e conquistas/conquistadores/vassalos ultramarinos, mas também entre estes e os grupos sociais menos privilegiados, que aqui são os escravos, ou melhor, as famílias escravas.

João Fragoso, estudando a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro seiscentista, afirma que

“a maneira pela qual o Rio de Janeiro fora conquistado deu margem a fenômenos que esclarecem alguns dos traços da sociedade colonial da região e de sua elite: a formação de redes políticas entre segmentos das elites regionais; a constituição de uma ‘nobreza da terra’ baseada na conquista; e a sua interferência no governo da cidade (...)”.⁴⁶

Para pertencer à elite econômica da época era fundamental ter acesso aos postos de comando da cidade. Para tanto a primeira condição era pertencer ou estar ligado às melhores famílias da terra, além de possuir engenhos. Segundo Antônio Carlos Jucá de Sampaio a reprodução econômica na sociedade colonial se dava fora do mercado e mesmo naquelas ditas “de mercado” não cessavam de interferir relações sociais mais amplas, como as políticas e familiares, entre outras, ou seja, formas não-mercantis de reprodução social.⁴⁷

Entretanto, essas condições, por si só, não garantiam o acesso ao poder, que pressupunha outras condições. Entre elas, ter legitimidade social, ou seja, ter sua qualidade reconhecida pela sociedade. Portanto, alianças com seus pares e negociação com outros

⁴⁶ FRAGOSO, João. “Knights, ‘Archer Indians’ and the Atlantic World. Rio de Janeiro in the 17th century”. Apud: BICALHO, Maria F. B. “Conquistas, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime” in *Almanack Braziliense. Revista Eletrônica*, n° 2. IEB-USP, novembro de 2005, p. 26. www.almanack.usp.br

⁴⁷ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “A produção política da economia: formas não-mercantis de acumulação e transmissão de riqueza numa sociedade colonial (Rio de Janeiro, 1650-1750) In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, vol. 4, n° 7, jul-dez, 2003, p. 304-305.

estratos sociais eram duas estratégias da nobreza da terra na manutenção de seu poder, ao menos no âmbito local.⁴⁸ Nas palavras de João Fragoso:

“Uma das condições para se preservar a qualidade diante da sociedade era tê-la sancionada pelos chamados grupos subalternos: lavradores, pequenos comerciantes, etc. E isto, primeiramente, nas freguesias. Para tanto, **as relações de reciprocidade via compadrio parece que eram fundamentais**. Nesse sentido o engenho deixava de ser apenas uma fábrica para se transformar numa ‘capela’, onde batizados e casamentos se consumavam (...), um espaço de sociabilidade para as pessoas da cercania e, portanto, um local onde o dono da moenda podia estabelecer bases para seu prestígio local”.⁴⁹ [grifos meus]

Na passagem acima o autor está se referindo ao compadrio entre livres, mas logo adiante afirma que:

“A freqüência de passagens do tipo com **‘meus criados, escravos e índios’** demonstra que a geração do poder diante das camadas ditas subalternas não se limitava, por exemplo, às paredes das capelas. Neste momento da pesquisa, infelizmente, sou incapaz de mapear os mecanismos sociais que levavam os escravos e índios a ‘acompanharem seus senhores’. Porém, uma coisa é certa: apenas a violência não produzia tais fenômenos. (...) Portanto, **deviam existir práticas de reciprocidade eficientes entre os senhores e aqueles ‘acompanhantes’**(...)”⁵⁰ [grifos meus]

Resta-nos indagar: o que estas alianças representavam para os escravos e suas famílias? Não é difícil imaginar. Em trabalho posterior o mesmo autor reitera a importância das alianças com os escravos, pois segundo ele:

“a legitimidade das hierarquias era garantida pela escravidão através da contínua negociação entre senhores e escravos. Estas barganhas se traduziriam nas *plantations*, **em famílias escravas estáveis, em terrenos e em equipamentos a elas concedidos pelos senhores**. Além disto, **as freguesias podiam ser atravessadas por redes de solidariedades escravas, como os compadrios entre cativos de distintos senhores**. Com certeza, estes fenômenos podem ser interpretados de diversos modos: conquistas dos escravos tiradas de seus donos; estratégias senhoriais, procurando evitar problemas nas senzalas; recompensa senhorial pela subserviência de frações da população cativa, etc. (...)

⁴⁸ Idem. Ibidem. p. 27.

⁴⁹ FRAGOSO, João. “Um mercado dominado por ‘bandos’: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista”. In: *Escritos sobre História e Educação. Homenagem a Maria Yeda Linhares*. Faperj, Mauad, 2001, p. 248.

⁵⁰ Idem. Ibidem., p. 253 e _____ “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa”. In: Revista Tempo, vol. 8, nº 15, julho-dezembro de 2003, pp. 30-32.

Desnecessário dizer que reciprocidade não era sinônimo de igualdade, assim como as negociações estavam ligadas a tensões.”⁵¹ [grifos meus]

Fossem ganhos materiais ou subjetivos precisaríamos de outras fontes para descobri-los, se é que eles existiram de fato. De fato mesmo é que, através das fontes analisadas, portanto, tornar-se evidente a constituição de uma sólida rede entre as famílias escravas daquela região e sua elite local expressa pelas relações verticais e horizontais por ocasião do compadrio, o que não quer dizer que os escravos foram reféns das alianças políticas de seus donos; apesar dessas alianças funcionarem como recursos para os cativos a “aldeia colonial” tinha uma dinâmica que fugia do controle dos senhores. Há que se reforçar, portanto, o peso da negociação.

Conclusão

Quantidade não é sinônimo de qualidade. Confesso que inicialmente me decepcionei com o quantitativo das famílias formadas legitimamente na região (49%, como demonstrado no Quadro 1). Posteriormente percebi que o mais interessante na fonte era exatamente esse percentual. Acredito que se existe um pequeno número de famílias distribuídas entre vários proprietários é que o acesso ao batismo não era fácil a todos: não dependia somente da permissão do senhor nem da vontade do escravo. Dependia da inserção em uma rede de alianças que fundamentavam os compadrios. Diante disto caberia repensar que o termo “família escrava” não pressupunha uma comunidade escrava, já que a primeira se revelou tão próxima das “famílias livres”. Não é que o tráfico e o cativo não fizessem diferença na formação de famílias escravas, pelo contrário. O que quero dizer é que não podemos mais antagonizar padrões e instituições livres e escravas. Pelo que ficou demonstrado liberdade e cativo eram promíscuos e isso, ao meu ver, se deveu à dinâmica própria do Antigo Regime nos Trópicos.

SLAVE FAMILY AND THE ANCIENT REGIME IN THE TROPICS.

Abstract: This article disposes about compadrio relations among slaves and the local elite from the parish of Santo Antonio de Jacutinga (Guanabara Bay), between 1686 and 1721. The essay is willing to show that these nets of compadrio are characterized by an interdependence

⁵¹ “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos.” In: MONTEIRO, Nuno G. F., CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima Pars. Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*. Estudos e investigações 36. Imprensa de Ciências Sociais. 2005. p. 137.

among lords and their slaves as means to consolidate horizontal (among elites and among slaves), and vertical (among elite and slaves) interests, based on the ancient regime logics.

Key-words: family, compadrio, colonial elites.